
PROPOSTA DE PESQUISA – FUNDAÇÃO FORD

Rio de Janeiro, Novembro de 2006

SOCIEDADE E ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Beatriz Heredia

Leonilde Medeiros

Moacir Palmeira

Rosangela Cintrão

Sergio Pereira Leite

A associação entre “modernidade” e “agricultura” no Brasil tem uma longa história. Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, que pensadores e homens de ação opõem propostas de uma “agricultura” ou mesmo de uma “indústria rural” moderna ao que seria uma agricultura “tradicional” ou “práticas tradicionais” das empresas agrícolas. Assim foi com a introdução dos engenhos a vapor e com as usinas de açúcar no Nordeste canavieiro; ou com o uso sistemático de máquinas no arroz e no trigo no sul do país nos anos 50 do século XX. Mas foi, sobretudo a partir dos anos 70 do século que findou - com a política de “modernização da agricultura” promovida pelo regime militar - que se começou a falar mais explicitamente da existência de uma “agricultura moderna” ou de uma “agricultura capitalista” no Brasil, de “empresas rurais” (figura contraposta no Estatuto da Terra ao “latifúndio”) e de “empresários rurais”.

Com a importância assumida pelas exportações de produtos agropecuários e agroindustriais e com o envolvimento nesses empreendimentos de capitais das mais diferentes origens (e não só do chamado “capital agrário”) (Palmeira e Leite 1997)¹, a própria resistência dos grandes proprietários de terras às tentativas de mudança do sistema fundiário deslocou-se da defesa da “propriedade” e das “tradições” para a defesa do que seria a “atividade

¹ Nunca é demais lembrar que as políticas públicas postas em prática pelo governo brasileiro foram e continuam a ser as grandes propulsoras dessas transformações.

empresarial” no campo e “as (grandes) propriedades produtivas”, “responsáveis pelo desenvolvimento do país”.

Nos anos 80 e início dos 90, autores com diferentes formações profissionais e com referenciais teóricos e ideológicos os mais variados começam a substituir a expressão “agricultura (ou agropecuária) moderna” por “agroindústria” e a figura dos CAI (complexos agro-industriais) passa a ser moeda corrente. A preocupação era assinalar a integração agricultura - indústria pelas “duas pontas”: insumos e produtos, expressão que teria assumido a “industrialização da agricultura” (Graziano da Silva, 1995) formulada por Kautsky no início do século. A idéia do agro-negócio vai ser uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. O *boom* das exportações de produtos agrícolas e agro-industriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão agronegócio ou da sua matriz *agribusiness* por associações de produtores² e até pelos próprios empresários³. Da perspectiva da análise dos economistas rurais é interessante notar, adicionalmente, que a resistência do *mainstream* ao uso de uma abordagem “intersetorial” agricultura-indústria até meados dos anos 80 (por considerarem que tal perspectiva feria a propriedade do setor agrícola em atestar os atributos de concorrência pura ou perfeita na análise das funções econômicas e produtivas) é completamente revertida no início da década anterior quando verifica-se uma adesão, política é certo, aos novos termos (*agribusiness* primeiramente e na seqüência o agronegócio) e sua capacidade “explicativa”, em termos da análise econômica, do novo estatuto do setor agropecuário, agora *funcionando* de forma “integrada”.

As fronteiras entre “agricultura moderna”, “complexos agro-industriais” e “agronegócio” não são exatamente coincidentes. Mesmo que esses rótulos apontem alguns elementos recorrentes e, com freqüência, sejam utilizados como sinônimos, as combinações feitas e as ênfases atribuídas são distintas.

² É o caso da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) criada nos anos 90.

³ Um exemplo é o Grupo Tercio Wanderley dono da usina Coruripe, tradicional usina de açúcar de Alagoas, que agora tem uma unidade de produção em Minas Gerais que homenageando a “matriarca da família” e esposa do fundador, assumiu o nome de “Corália Wanderley Agronegócios”.

O uso de “máquinas e insumos modernos” está presente nas três expressões, mas o direcionamento para exportação não tem nas duas primeiras o mesmo peso que na última. A integração agricultura-indústria não era o maior destaque que se dava à “agricultura moderna” tal como formulada nos anos 70. O gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da idéia de “agronegócio”. Mesmo que a grande propriedade territorial esteja associada às três formas, na segunda, ela é vinculada às práticas de “integração” que envolvem também pequenos produtores; e no terceiro, mesmo que as grandes propriedades sejam uma marca das atividades rurais do “agronegócio”, a referência à propriedade territorial desaparece das formulações de seus técnicos e há até quem tente, no plano ideal dos projetos, associá-la com perspectivas favoráveis aos pequenos produtores⁴. Os trabalhos (técnicos, acadêmicos e jornalísticos) sobre o agronegócio, que se multiplicaram desde os textos pioneiros de Ney Bittencourt de Araújo, no início dos anos 90 (Araújo et alii 1990), agora estão referidos a um espaço muito mais extenso que aquele das áreas consideradas “capitalizadas” ou modernizadas no sul e no centro-sul, incluindo as novas fronteiras agrícolas e áreas até há pouco tempo consideradas tradicionais.

As coisas não são menos ambíguas quando se quer precisar que produtos são parte do agronegócio. As definições abrangentes e o deslocamento do interesse dos que o estudam das atividades locais para as relações inter-setoriais e para a questão do gerenciamento dessas relações faz com que haja uma tendência no sentido que toda atividade agrícola com expressão comercial seja nele incluída e de que a importância dos produtos varie de acordo com o foco do analista. Não é por acaso que no ano 2000 estudiosos ligados a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) ainda estivessem preocupados em “estabelecer, com rigor técnico, os limites do ‘complexo agroindustrial brasileiro’” (Nunes e Contini, 2000) e assinalassem a “necessidade de analisar separadamente as principais cadeias [produtivas]” e recomendassem

⁴ O exemplo mais eloqüente tal vez seja o retorno recente das idéias de um novo Proálcool com base na pequena propriedade e as propostas de privilegiar pequenos produtores no Programa do Biodiesel. Na mesma direção é interessante observar a adoção, entre especialistas e técnicos de governo, da dicotomia “agronegócio patronal” x “agronegócio familiar” para expressar a compreensão da agricultura familiar como um sub-conjunto do agronegócio e, dessa forma, validar sua presença no campo das políticas públicas, por exemplo.

“análises regionais do CAI, para identificar as especificidades do complexo agro-industrial em cada região do país” (idem, ibidem).

Mas o que chama sobretudo atenção no que tem sido escrito sobre o agronegócio⁵, tanto nos textos apologéticos quanto nos textos de denúncia⁶, mas também nos textos supostamente mais distanciados, é não aparecerem elementos que nos permitam visualizar que tipo de sociedade (no sentido mais amplo do termo) existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio. Se, graças aos estudos desenvolvidos em várias frentes, ao longo dos anos, “visualizamos” as sociedades das áreas de plantation “tradicional” (açúcar, café, cacau no Nordeste e no Sudeste) e as relações “capitalizadas” entre pequenos produtores e agroindústrias de vinho, fumo e carnes no Sul dos anos 80⁷, o mesmo não se pode dizer do que vem sendo chamado de agronegócio.

O objetivo deste projeto é conhecer a (as) sociedade(s) do “agronegócio”. Não apenas os agentes diretamente envolvidos nas atividades agrícolas, industriais ou de gerenciamento. É importante, sem dúvida, conhecer as relações que se estabelecem entre os que administram a produção agrícola e industrial e seus subordinados que, é bom lembrar, em textos mais genéricos, são considerados inexistentes: como se o uso de máquina eliminasse os que as manejam do processo produtivo, e como se a utilização de insumos industrializados descaracterizasse seu trabalho como trabalho na terra. Mas nossa preocupação é mais ampla que a unidade agrícola ou a planta industrial: interessa-nos focalizar toda a teia de relações sociais que atravessa o chamado agronegócio, de que as relações de trabalho constituem apenas um dos aspectos. Trata-se de identificar /estudar todo o (os) conjunto (s) de posições e de oposições sociais que permitem o chamado agronegócio existir

⁵ Basicamente, informações econômicas relativas à produção, produtividade e lugar do agronegócio na pauta de exportação e estudos avaliando a importância do seu desempenho em relação ao PIB nacional.

⁶ As áreas que servem de base às atividades supra têm registrado violentos conflitos por terra (Porto-Gonçalves, 2005) e alvo de denúncias nos casos de utilização de trabalho escravo.

⁷ No caso nordestino podem ser mencionados os trabalhos de Celso Furtado, Manoel Correia de Andrade e posteriormente aqueles desenvolvidos por pesquisadores do PPGAS/Museu Nacional (Palmeira et alii. 1977), Heredia (1989), entre outros; no caso das regiões Centro Sul e Sul podem ser lembrados a título de exemplo os trabalhos sobre assalariados da cana de açúcar de autores como Maria da Conceição d’ Incao e Melo, e mais recentemente os de Maria Aparecida Moraes; José Vicente Tavares sobre os colonos do vinho e Maria Inês Paulillo sobre a integração no complexo agro-industrial fumageiro.

como existe. Adicionalmente, interessa-nos, ainda, observar como tais posições se consolidaram – ou se opuseram – em relação a um conjunto de políticas públicas – setoriais ou não – que marcaram e continuam a definir a forma de intervenção do Estado nessas áreas, ainda que tais mecanismos de política tenham sido percebidos de forma diferenciada pelos diferentes grupos sociais e implementados a partir de estratégias governamentais não necessariamente sinérgicas. Uma investigação sobre um objeto com limites tão fluídos tem um caráter necessariamente exploratório. Trata-se menos de questionar interpretações do que preencher um vazio. O que pretendemos é produzir um quadro amplo, inclusivo, de base quantitativa disso que tem sido designado como agronegócio e um conjunto de estudos etnográficos - alguns com características mais convencionais; outros mais centrados em questões que forem se apresentando ao longo da pesquisa – que “dêem carne” a esse ente meio fantasmagórico com que nos defrontamos todos os dias nas páginas da grande imprensa, nas discussões sobre a política econômica do país, nos estudos em torno da questão fundiária etc.

Mas, as indefinições conceituais em torno do agronegócio – que refletem, em larga medida, disputas políticas de natureza diversa - e a falta de consenso em torno de sua localização geográfica e dos segmentos sociais por ele envolvidos levam-nos a adotar uma estratégia de pesquisa pertinente. Ao invés de nos lançarmos diretamente ao campo, aplicando questionários ou fazendo entrevistas, preferimos uma perspectiva gradualista, que nos permita ir definindo, paulatinamente, nosso(s) objeto(s).

O projeto proposto tem uma duração prevista de 36 meses e será realizado em três etapas.

A primeira etapa, de caráter basicamente exploratório, ocupando os 12 meses iniciais incluirá: a) uma tentativa de mapear os debates em torno do agronegócio; b) um levantamento exaustivo dos estudos empíricos incluídos no “mapa” do agronegócio; mesmo que não digam respeito estritamente àquele tipo de atividade; c) uma sistematização das informações quantitativas de diferentes fontes disponíveis sobre essas áreas; d) levantamento e análise das políticas públicas orientadas para essas áreas e, principalmente aquelas direcionadas às atividades agroindustriais; e) a realização de viagens de

reconhecimento às áreas sugeridas pelo material estatístico e bibliográfico analisado, para a escolha das que deverão ser objeto de estudos específicos na etapa subsequente; f) definição do perfil dos estudos quantitativos e qualitativos a serem desenvolvidos na segunda etapa do projeto. A primeira etapa será encerrada com um *workshop*, reunindo o conjunto dos pesquisadores do projeto e representantes da Fundação Ford, para discutir os resultados alcançados.

A segunda etapa (12 meses) será dedicada basicamente à realização dos trabalhos de campo nas áreas selecionadas na primeira etapa. Cada equipe fará a adequação dos perfis de estudo elaborado na etapa anterior e definirá uma estratégia de pesquisa para a região. Em cada uma das regiões serão buscados dados secundários existentes não alcançados pelo primeiro levantamento e serão desenvolvidas investigações diretas, quer sob a forma de estudos etnográficos, quer utilizando outros procedimentos de coleta de dados (questionários, entrevistas etc.). No final da segunda etapa os pesquisadores deverão apresentar relatórios de campo individuais. Esses relatórios serão matéria prima de um seminário que incluirá além dos pesquisadores, os representantes da Fundação Ford, outros estudiosos das questões tratadas pelo projeto, bem como representantes de grupos da sociedade civil envolvidos na discussão do tema. Esse seminário permitirá uma primeira divulgação dos resultados do projeto e contribuirá para que os pesquisadores possam rever a suas análise preliminares e aprofundar as suas formulações

A terceira etapa (18 meses) será dedicada à consolidação dos relatórios individuais em relatórios regionais. Da combinação desses relatórios regionais com as análises estatísticas e bibliográficas feitas na primeira etapa, deverá resultar um relatório final do projeto, a ser transformado nos últimos 6 meses num livro sobre o agronegócio no Brasil.

A equipe de pesquisa será composta por 5 coordenadores, 6 responsáveis pelos estudos de comunidade e 6 responsáveis pelos eixos temáticos. Pensando na oportunidade representada por um projeto dessas dimensões de formar recursos humanos, a equipe incluirá como assistentes de pesquisa pelo menos 6 estudantes no nível de doutorado, 6 no nível de mestrado e 4 graduandos. Além do treinamento em campo de estudantes estão previstos

cursos, a ser oferecidos nas instituições responsáveis pela sua execução, voltados para temas vinculados a sua problemática. Isso fará com que do projeto resultem não apenas textos dos seus pesquisadores, mas também um conjunto de monografias, dissertações e teses que contribuam para um melhor entendimento das relações sociais no campo brasileiro.

Bibliografia

ARAUJO, N. B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L.A. 1990 – *Complexo Agroindustrial – “Agribusiness Brasileiro*, São Paulo. Agroceres.

GRAZIANO DA SILVA, J. 1995 – A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *In Brasil em artigos*. São Paulo. SEADE.

IBGE 2004 - Produção Agrícola Municipal. www.ibge.gov.br

Instituto de Economia Agrícola IEA. *Os municípios Brasileiros maiores produtores de grãos*. www.iea.sp.gov.br/pit/verTexto.php?codTexto=4485

HEREDIA, B.M.A. de 1989: *Formas de dominação e espaço Social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo. MarcoZero , MCT/CNPq

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R. 2004 - *Impacto dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro*. 1. ed. Brasília, NEAD: São Paulo, Ed. UNESP, 2004.

PALMEIRA, M. et alii 1977 - Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *In Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro.Tempo Brasileiro.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. 1997 – Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. Debates CPDA, nº 1/ setembro.

PORTO-GONÇALVES, C.W. 2005 - Geografia da violência contra pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. *Conflitos no Campo - Brasil 2004*, Goiânia, p. 142.

NUNES, E. P.; CONTINI, E.: ABAG – *Associação Brasileira de Agribusiness*. 10 de outubro de 2000. www.abag.com.br